

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1395786 - MS (2018/0294899-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **EL KADRI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS**
IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : **OMAR FRANCISCO DO SEIXO KADRI - MS007000**
CLEVERSON GOLIN E OUTRO(S) - MS014452
ALVARO CORREA IUNGUE - MS022669
AGRAVADO : **CELSO FARIAS PRIMO**
ADVOGADO : **SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO - MS007433**
AGRAVADO : **CONSTRUTORA DEGRAU LTDA.**
ADVOGADO : **HILDA PRISCILA CORREIA ARAÚJO E OUTRO(S) -**
MS016597
AGRAVADO : **DORIVAL MINATEL**
ADVOGADO : **HILDA PRISCILA CORREIA ARAÚJO - MS016597**
AGRAVADO : **NILMA REIS DE ALMEIDA MINATEL**
ADVOGADOS : **ATILIO MAGRINI NETO E OUTRO(S) - MS001203**
ANTÔNIO JOÃO PEREIRA FIGUEIRÓ - MS001805A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OFENSA A TEXTO DE SÚMULA. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VULNERADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DA SÚMULA 284/STF. CONCLUSÃO ESTADUAL ESTABELECEENDO A MÁ-FÉ NA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL. FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não se conhece de recurso especial por suposta vulneração a texto de súmulas, pois elas não se qualificam como lei em sentido formal, conforme tranquila jurisprudência desta Corte Superior (Súmula 518/STJ).
2. A insurgente não apontou, de forma clara e precisa, qual o dispositivo de lei foi ofendido pelo acórdão estadual, fato que atrai a aplicação da Súmula 284/STF por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional (inclusive por divergência jurisprudencial).
3. Com suporte na apreciação fático-probatória da causa, o Tribunal de origem atestou a ciência da recorrente acerca da situação financeira da executada e de ações judiciais a que ela respondia, demonstrando a má-fé (Súmula 375/STJ) ao adquirir o imóvel em questão – aplicação da Súmula 7/STJ, também por ambas as alíneas do permissivo constitucional.
4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

